

Em Cabília, o mito sobre o amor físico, relatado por Pierre Bourdieu,¹ também descreve a passagem de uma atividade sexual anômica a uma sexualidade domesticada que estabelece, inequivocamente, a dominação dos homens sobre as mulheres. Os atos sexuais originais aconteciam na fonte — lugar público feminino — e a mulher, esperta e ativa, ensinava ao homem o que fazer, tomava a iniciativa e se colocava sobre ele durante o amor. Na sexualidade regulamentada, pelo contrário, tudo se passava dentro de casa: o homem dava as ordens e cavalgava a mulher. A inversão pela qual os homens passaram para cima das mulheres permitiu conter e domesticar estas últimas. O fato de os homens ocuparem uma posição superior durante o ato sexual justificava o fato de “deverem governar”. Imaginar um mundo em que as mulheres cavalgassem os homens seria tão absurdo quanto imaginar um mundo social em que as mulheres governassem. A boa ordem é aquela que põe, social e sexualmente, as mulheres em seu verdadeiro lugar.

Durante as épocas medieval e clássica, essa ameaça de uma sexualidade que não respeitasse a ordem do mundo expressava-se nas recomendações, bastante precisas, feitas pelos teólogos aos confessores encarregados de vigiar a vida moral dos fiéis: os padres deveriam inquirir seus paroquianos sobre práticas sexuais que tentassem enganar a natureza em busca da esterilidade, como a sodomia ou o coito interrompido, mas também sobre atos em desacordo com os papéis sociais. Ficavam, assim, proscritas todas as posições diferentes daquela dita natural, ou seja, do homem sobre a mulher. O teólogo Sanchez escreveu em 1607: “Quando o homem está embaixo, ele se submete, pelo próprio fato de sua posição, e quando a mulher está em cima, ela age. Quem não vê o quanto a natureza tem horror dessa mutação?” (citado por Flandrin, 1981). O controle da carne se inscreve na ordem dos sexos que consta dos desígnios de Deus e da natureza.

Valência diferencial dos sexos

A maior parte das culturas — mesmo as que não produziram mitos de justificação quanto ao lugar dos homens e das mulheres — traduziu a diferença dos sexos em uma linguagem binária e hierarquizada, na qual apenas um dos termos era valorizado. Segundo Françoise Héritier,² o corpo e a observação das diferenças ligadas à reprodução (humores corporais, esperma, sangue menstrual, leite materno) são “a matéria-prima do simbólico” e do pensamento lógico, este também um pensamento binário. Essas classificações dualistas, que ordenam tanto os corpos quanto todas as outras coisas do mundo, produzem um sistema geral de oposições: alto/baixo, quente/frio, seco/úmido, claro/sombrio, sol/lua, direita/esquerda, reto/curvo, primogênito/caçula, maior/menor. Dentro dessa lógica estritamente binária e diferencial, o feminino está sempre assinalado no lado inferior, mesmo quando existe uma certa arbitrariedade quanto aos outros termos. Os órgãos sexuais masculinos e femininos, para os quais todas as línguas usam metáforas expressivas, são sempre percebidos de acordo com essa lógica hierarquizante.

Tradicional ou erudito, o pensamento simbólico justifica a supremacia do homem, produzindo aquilo que Françoise Héritier chama de “valência diferencial dos sexos”, que é universal nos sistemas de representação utilizados pelas sociedades humanas. Por exemplo, a representação atribuída por Aristóteles ao papel dos sexos na reprodução humana — o homem é o único apto a “cozinhar” seu sangue, que, transformado em esperma, é recebido pela mulher, receptáculo frio — é muito parecida com a representação dos samos, de Burkina Faso. Essa “relação conceitual orientada” entre masculino e feminino é menos o indício de uma desvantagem feminina do que sinal de uma vontade masculina de controle e apropriação da fecundidade da mulher, no momento em que ela é fecunda.

¹ Bourdieu, 1998: 24.

² Héritier, 1966.

Um ponto de vista masculino sobre a reprodução e o ato sexual

Para além das próprias classificações dualistas que, por toda parte, opõem um sexo maior a um sexo menor, é possível observar na sexualidade física, ou seja, na conjunção entre os corpos do homem e da mulher operada pelo ato sexual, “uma das situações mais universais disponíveis para representar de maneira sensível, a partir das transgressões de fronteiras corporais, as relações de sexo e a dominação dos homens”.³ Os significados mobilizados em cada sociedade para evocar as relações sexuais servem, igualmente, para se referir à dominação de sexo em geral, ou até mesmo à dominação de classe.

Assim, a metáfora da *alimentação* é freqüentemente utilizada para representar a dependência sexual e social das mulheres. Entre os baruias (Godelier, 1982), o esperma é uma fonte de vida e de força em quantidade limitada. É indispensável transmiti-lo aos rapazes para que se tornem homens: para isso, na casa dos homens, onde vivem entre os nove e os 20 anos, os jovens devem absorver o esperma dos mais velhos solteiros para adquirir força e separar-se do mundo das mulheres. O esperma é igualmente indispensável às mulheres, não só para que concebam, mas também para que seus filhos cresçam durante a gravidez, para que elas tenham leite e recuperem as forças após suas regras. O ato do sexo, vaginal ou oral, é, então, uma forma de alimentar as mulheres, sendo essencial não deixar escorrer esse alimento que poderia ser apropriado pelas potências maléficas e utilizado contra os homens. Em virtude do risco de escorrimento, a posição da mulher sobre o homem deve ser evitada por completo, e práticas tais como a cunilingua ou a sodomia são culturalmente inconcebíveis.

No Brasil de hoje, a metáfora alimentar continua a ser amplamente utilizada, em um contexto de grande rigidez dos papéis de sexo, em

que o objetivo de reproduzir não ocupa mais o lugar principal (Parker, 1991). O verbo “comer” é utilizado para indicar a ação e o papel social daquele que penetra no ato sexual, enquanto, para quem é penetrado, o verbo é “dar”. O binômio comer/dar está fundamentado na metáfora da absorção, apropriação e consumo do parceiro passivo (a mulher ou um sujeito simbolicamente feminilizado) pelo sujeito ativo. Todo o comportamento sexual é percebido a partir dessas categorias de atividade e passividade, estritamente associadas ao masculino e ao feminino. Aliás, o masculino não se define apenas em relação ao feminino, mas também em relação a outras imagens desvalorizadas do masculino. Nesse sistema bipolar, os homens que têm relações sexuais com outros homens não formam uma categoria à parte. Eles também são classificados, de acordo com o seu papel ativo ou passivo na relação, como homens ou mulheres. Só são estigmatizados (e designados por um nome especial) os homens que imitam a passividade feminina, ou seja, aqueles que “dão” (Parker, 1991). No Brasil, como em inúmeras outras culturas, os homens que desempenham um papel ativo na relação entre dois homens não são tradicionalmente designados como homossexuais e preservam de maneira total a sua identidade masculina. Essa representação do ato sexual como envolvimento do parceiro dominado remete, de forma mais ampla, à estrutura hierárquica da sociedade brasileira tradicional, como cadeia de dependências em que cada um é membro de uma entidade (família, rede de clientela etc.) na qual depende de um protetor ou de um chefe e pertence a ele.

Por mais exóticas que possam parecer, essas representações do ato sexual são apenas variantes em um sistema geral de significados capaz de produzir uma quantidade infinita de designações. Um estudo sobre o vocabulário da literatura erótica francesa dos séculos XV ao XVIII, realizado pelo lingüista Pierre Guiraud,⁴ enumera 1.500 palavras para nomear o coito. Este é comumente designado como um fazer (fazer a

³ Bozon, 1999:14.

⁴ Guiraud, 1978a.

coisa, trabalhar) efetuado pelo homem. A ação de um sujeito sobre um objeto é a fonte mais rica de metáforas, declinadas de acordo com dois temas principais: o do ofício artesanal e o do combate. A metáfora artesanal pode funcionar com dois termos, a ação efetuada e o ponto da aplicação (martelar a bigorna, arar um campo, limpar uma chaminé). Mas, quando ao tema da penetração se acrescenta o da agressão, o ato sexual é representado como uma guerra ou um combate, no qual um adversário é ferido (atirar uma flecha), ou uma posição é assaltada (tomar uma fortaleza). Nessas encenações da atividade sexual, “o homem (...) é sempre o senhor e deve sempre (...) afirmar um valor por cuja medida ele é julgado”.⁵ A atividade sexual masculina é exaltada e glorificada, deixando à mulher nada além da mais completa passividade.

Nessas representações “androcêntricas” da reprodução e do ato sexual (ou seja, que expressam uma visão estritamente masculina), produz-se uma paradoxal “denegação da contribuição trazida pelas mulheres (...) à reprodução biológica” (Bourdieu, 1998:19). Os kabilas utilizam o mesmo conceito prático — a inchação — para nomear a ereção masculina, a gestação feminina e a germinação natural: desse modo, a concepção é apenas uma espécie de inchaço provocado pelos homens. As mulheres aparecem como receptáculos vazios e passivos, além de objetos maleáveis à mercê dos homens. A representação baruaia, em que a concepção não pode acontecer sem repetidas intervenções dos homens durante a gravidez, também constitui uma forma de denegação do papel das mulheres, preparando a apropriação do fruto da fecundidade feminina por eles.

De maneira paradoxal, manifesta-se um reconhecimento indireto do papel das mulheres através do medo que elas provocam nos homens durante o ato sexual. Na representação dicotômica e hierárquica dos corpos e dos sexos, a aproximação entre homens e mulheres é necessariamente problemática, apesar de fundamental à vida. Para os

⁵ Guiraud, 1978b:124.

baruias, e inúmeros outros povos, o ato sexual é perigoso porque o contato com uma mulher, de maneira inevitável, polui e enfraquece o homem, que perde ali uma parte de sua substância. Entre os samos de Burkina Faso e outros povos africanos, existe uma proibição de manter relações sexuais durante o aleitamento, justificada pela tradição, em virtude das supostas conseqüências do contato entre o esperma e o leite. A intromissão do esperma, elemento quente, no útero de uma mulher que amamenta, ou seja, de uma mulher provisoriamente quente para transformar a água de suas articulações em leite — corpo quente —, pode produzir um excesso de calor capaz de provocar a secagem/esgotamento, ou até mesmo o envenenamento do leite da mulher (Héritier, 1966). A abstinência *post partum*, destinada a proteger mais a criança do que a mulher, é um bom exemplo da prática ligada ao medo das conseqüências do contato entre os sexos. O medo da sexualidade pode, afinal, tomar a forma extrema do temor a uma inversão dos papéis de gênero, traduzido, em algumas culturas, pela comparação do ato sexual a uma devoração, aprisionamento ou captura pela mulher.⁶

O lícito e o ilícito

Em todas as construções culturais da sexualidade, a prática lícita se distingue de uma prática ilícita ou transgressiva, cujas definições variam. No entanto, há uma constante na qual os limites entre o lícito e o ilícito não coincidem para os homens e as mulheres. Assim, na Antiguidade grega e romana, enquanto a sexualidade lícita para as mulheres livres se limitava à reprodução dentro do casamento, todos os prazeres eram permitidos aos homens livres adultos, desde que não pusessem em risco a sua posição social: sempre existia um perigo de excessos ou falta de limites (aos quais os gregos eram muito sensíveis),

⁶ Dayan-Herzbrun, 1991.

mas o risco maior cabia sempre à “inversão” dos papéis, qualquer que fosse a sua forma. Um cidadão adulto podia perfeitamente ter relações com um escravo, uma escrava ou um jovem imberbe, assim como outras mulheres além da sua, mas de modo algum com outro cidadão adulto. Eram condenáveis todas as situações em que o homem livre se comportasse de maneira “débil” ou se deixasse tratar como um jovem, um escravo ou uma mulher, ou seja, como um inferior: aquele que se deixasse penetrar, que realizasse uma felação, uma cunilíngua ou se deixasse cavalgar por uma mulher era um “impudico”.⁷

A institucionalização do cristianismo no Ocidente e a ética sexual restritiva que o acompanhava não corresponderam a uma ruptura total com a Antiguidade tardia. São Paulo, por exemplo, estava bastante próximo dos filósofos estoicos em matéria de moral sexual. A verdadeira inovação é que as práticas do conjunto dos fiéis estão, de agora em diante, sob a vigilância de um aparelho de controle institucionalizado, e os comportamentos são exigidos em função de princípios absolutos e sagrados, aplicados a todos.⁸ Duas grandes etapas podem ser percebidas na elaboração e no tratamento cristão da sexualidade. Na primeira delas, os textos de Agostinho (séc. V) teorizam a recusa à concupiscência (desejo) e ao prazer, de tal forma que levam a uma restrição em direito da atividade sexual apenas à obra de procriação desejada por Deus e pela natureza. Uma segunda etapa é a instituição, a partir dos séculos XII e XIII, do casamento cristão, monogâmico e indissolúvel, que delimita o quadro dessa atividade sexual legítima. Através da prática da confissão — o locus de um interrogatório detalhado sobre os pecados da carne, durante a Idade Média — a Igreja Católica e seus clérigos empenhavam-se em controlar a vida moral dos fiéis, com os objetivos de impedir a atividade sexual fora do casamento e limitar o casal apenas às práticas capazes de permitir a inseminação

da mulher. Em princípio, homens e mulheres foram colocados em pé de igualdade, na medida em que a oposição radical entre a sexualidade lícita, dentro do casamento, e a fornicção, ou seja, a sexualidade fora do casamento, dizia respeito a ambos.⁹ No entanto, na prática, e em todas as legislações influenciadas pelo cristianismo (por exemplo, na América Latina), o adultério sempre foi visto com um olhar muito mais severo quando dizia respeito às mulheres. Por outro lado, a prostituição, que provoca uma condenação moral bastante radical àquelas que a praticam, nunca lançou um opróbrio equivalente à sua clientela masculina. Na cristandade medieval e clássica, excluída a busca do prazer na sexualidade lícita, ele só poderia ser experimentado na transgressão: mas, se essa transgressão era amplamente tolerada para os homens, a procura do prazer pelas mulheres permanecia moralmente inaceitável.

A sexualidade na construção tradicional da feminilidade e da masculinidade

A entrada dos jovens na sexualidade se faz através do olhar e do controle dos parentes e dos mais velhos, que estabelecem regras segundo as quais os jovens — homens e mulheres — têm acesso a essa atividade estatutária da idade adulta. Em todas as culturas, a iniciação sexual é uma etapa marcante para a construção social do masculino e do feminino.

Fora das sociedades contemporâneas desenvolvidas, podemos distinguir dois grandes modelos de acesso das mulheres à sexualidade.¹⁰ No primeiro deles, ainda presente em um bom número de países da África subsaariana ou no subcontinente indiano, o objetivo é evitar qualquer atraso às mulheres em sua entrada na vida sexual, “promo-

⁷ Veyne, 1991:69-77; Dupont e Eloi, 2001.

⁸ Le Goff, 1991:177-192.

⁹ Ariès e Béjin, 1984.

¹⁰ Bozon e Hertrich, 2001.

vendo sua iniciação ao trabalho reprodutivo” tão perto quanto possível da puberdade, unindo-as a homens sensivelmente mais velhos para, assim, reforçar a dominação do sexo com a da idade. Nessas sociedades, a iniciação sexual masculina pode perfeitamente ser bem mais tardia que a das mulheres. No segundo grupo, de que fazem parte as culturas latinas e latino-americanas, o controle social visa, pelo contrário, retardar tanto quanto possível a entrada das mulheres na sexualidade, a fim de preservar sua virgindade até o casamento. Ali, os jovens são levados a provar rapidamente que são homens, seja com prostitutas, seja com mulheres mais velhas, e sua iniciação sexual se realiza bem antes que a das mulheres. Mas, tanto no modelo da reprodução precoce das mulheres quanto no da preservação de sua virgindade, a demanda de conformidade social é particularmente pesada para elas, mesmo que os homens também sofram, não apenas durante a iniciação como também mais tarde, fortes injunções para se comportar “como homens”.

As formas de entrada das mulheres na sexualidade revelam certos aspectos fundamentais da construção tradicional da feminilidade, a qual implica fertilidade, pertença da mulher a um único homem (mesmo que um homem possa ter várias mulheres) e ausência de iniciativa em matéria sexual. Nas tradições mediterrâneas e latino-americanas, assim como em certas culturas asiáticas, a perda da virgindade antes do casamento permaneceu (e ainda permanece em alguns lugares) uma transgressão grave, levando essa mulher para fora da categoria das mulheres honestas que podem ser desposadas, trazendo a desonra para os homens de sua família e para o seu esposo.

Por sua vez, a entrada dos homens na sexualidade é um dos momentos mais difíceis da construção da masculinidade e tem muita importância para ela. De fato, na maioria das culturas, a masculinidade é regularmente submetida ao desafio dos pares e deve ser ininterruptamente manifestada através da rejeição a comportamentos femininos ou afeminados, bem como por meio de uma virilidade permanente no desempenho sexual, da iniciação sexual precoce que não deixe

qualquer espaço à suspeita de homossexualidade, da comprovada capacidade para procriar, da vigilância ciumenta das mulheres da família e de relações com outras parceiras. E, desse modo, a sexualidade contribui para conferir estatutos radicalmente diferentes aos homens e às mulheres.

Obrigação de procriar, fardo das mulheres

Nas sociedades de alta fecundidade, seja as do passado, seja as dos países do continente africano, que ainda não empreenderam a sua transição demográfica, a parte da vida entre os 15 e 50 anos que as mulheres consagram diretamente à reprodução (gravidez e aleitamento) é muito elevada. Além disso, o parto e suas seqüelas ainda são, em certas sociedades, um grande risco para a saúde das mulheres, resultando em elevados índices de mortalidade em determinadas idades. Fenômenos como a “mortalidade materna” nos países africanos — a morte no parto de outrora —, a viuvez e o novo casamento dos homens, que foram experiências comuns nos séculos passados, são testemunhos do fardo que representa para as mulheres essa obrigação social de procriar, submetida a um estrito controle.¹¹

A antropóloga feminista Paola Tabet criticou o uso, pelos demógrafos, da noção de “fecundidade natural” para designar as populações de elevada fecundidade, e propôs a expressão “reprodução forçada”, com a finalidade de ressaltar que as mulheres eram socializadas em relações sociais de sexo que, na verdade, eram relações de produção (de crianças) a serviço dos homens, visando reduzir ao mínimo os períodos não-reprodutivos. Em inúmeras sociedades africanas, a estigmatização da mulher estéril, que não é considerada uma verdadeira mulher (enquanto a esterilidade do homem, independentemente da impotência, não corresponde a uma preocupação social), e a des-

¹¹ Tabet, 1985: 61-146.

confiança em relação à mulher que entrou na menopausa, sobre quem muitas vezes se abate a acusação de feitiçaria, ilustram essa limitação social das mulheres ao seu papel reprodutor (Héritier, 1966). Nas populações em que homens e mulheres partilham um mesmo ideal de elevada fertilidade, isso não ocorre pelas mesmas razões. Enquanto os homens desejam aumentar o peso político de sua casa ou de sua linhagem, assim como os braços a seu serviço, as mulheres buscam, sobretudo, assentar sua própria posição dentro da nova casa ou da linhagem do homem, na medida em que proteção e *status* ficam mais garantidos pelo fato de ter filhos, sobretudo homens, do que por ter um marido.¹² A violência simbólica da obrigação de reproduzir para as mulheres em sociedades muito fecundas corresponde ao fato de não poderem deixar de querer muitos filhos.

Se a reprodução e a sexualidade contribuem tanto para a construção tradicional das relações de gênero, é por serem elas uma das experiências e representações mais universais da "objetivação" simbólica das mulheres. O corpo das mulheres é percebido e tratado como um objeto e um receptáculo, de que os homens tomam posse através do ato sexual. A repetição dos atos vale a confirmação da apropriação inicial. E a objetivação sexual das mulheres é que permite aos homens tomar posse da descendência trazida por elas.

2 O enfraquecimento da antiga ordem da procriação

Durante muito tempo a reprodução foi considerada natural e óbvia, inscrita na organização e na representação androcêntrica do mundo e das coisas. A posição subordinada das mulheres na reprodução era apenas um dos múltiplos aspectos da inferioridade do feminino no mundo social e sensível. Na maior parte das sociedades, essa ordem deixou de ser óbvia na seqüência da conjugação de inúmeras transformações sociais, políticas e intelectuais, que recolocaram em questão os conteúdos tradicionais das relações entre os sexos. O Ocidente desenvolvido foi o primeiro a conhecer a experiência histórica de uma redução voluntária de sua fecundidade, que ocorreu junto com a emergência de uma nova concepção da diferença dos sexos fundamentada na biologia, com o aparecimento de uma disciplina e um campo autônomos da sexualidade — distintos da metafísica —, assim como com o surgimento de novas atitudes em matéria de relações amorosas e de intimidade.

A longa marcha rumo ao amor conjugal

Enquanto as relações entre os sexos continuaram a ser vistas de um ângulo estritamente hierárquico, a idéia de uma relação amorosa mais ou menos equilibrada entre homens e mulheres, ou até mesmo

¹² Mathieu, 1985:169-245; Lacoste-Dujardin, 1985.

de um amor dentro do casamento, permaneceu impensável. Em sua *Ética a Nicômaco*, Aristóteles evoca duas formas de relação amorosa. *Eros* é uma emoção violenta e passageira que tem o desejo como sua determinação primeira. Ele expressa um sentimento de privação e traduz a vontade de adquirir o objeto (o ser) desejado: entre o erasto (o amante) e o erômeno (o ser amado) não existe *a priori* qualquer reciprocidade. O primeiro papel é representado por um cidadão adulto, o segundo por um homem jovem ou uma mulher. Um segundo modelo de relação, a *philia* (amizade), tem a preferência de Aristóteles: é uma espécie de benevolência mútua, fundamentada em uma prática estrita da reciprocidade entre parceiros. Ela implica uma igualdade entre estes últimos, que só podem ser cidadãos masculinos. Quando um parceiro é superior ao outro, como no caso do marido, que tem poder sobre a esposa, a amizade é difícil de ser concebida.

A primeira grande tentativa de pensar uma relação amorosa mútua entre homem e mulher aparece por volta do século XII, no Languedoc, com a difusão do amor cortês.¹³ Antes de tudo, tratava-se de um jogo aristocrático e literário, ainda que não se reduzisse apenas à literatura por ele suscitada. O amor cortês, expressando tendências emergentes da sensibilidade, definiu e codificou as condições e etapas de uma verdadeira relação amorosa, de um amor depurado (*fin'amor*). Sob esse aspecto, ele terá conseqüências duráveis sobre a representação dos laços do amor e da sexualidade no Ocidente. Em primeiro lugar, esse amor ideal era sempre adúltero, pois não poderia existir dentro do casamento, na medida em que o marido, que não tinha sido escolhido, se comportava como senhor brutal. Além disso, paradoxalmente, ele ainda implicava uma desigualdade social entre a dama de alta linhagem e o amante de extração mais baixa: a desigualdade dos sexos era tão grande que a criação de uma igualdade no amor requeria uma diferença de potencial inicial em outro sentido.

A relação amorosa era estabelecida através de uma série de provas controladas pela dama, através das quais o amante aceitava a sua submissão, como um vassalo ao seu suserano. Em um primeiro momento, o objetivo era depurar o amor, contendo o desejo sexual, ao mesmo tempo que o exalta. Sob esse aspecto é bem típica uma das últimas provas antes do ato carnal, a cerimônia íntima do *assag* ou ensaio: o amante passa uma noite com a dama que ele deve "respeitar". A prova depura o sentimento, enquanto aquece os corpos. Do amor cortês, o Ocidente irá reter duplamente essa oposição radical entre o casamento e o fora do casamento, quadro exclusivo do sentimento amoroso e do desejo, assim como essa tensão dialética entre o amor-sentimento e o amor carnal.

Um dos corolários dessa dicotomia é a longa desconfiança que o cristianismo manteve em relação ao amor, e até mesmo à sexualidade dentro do casamento. Em princípio, o casamento cristão indissolúvel, instaurado no século XVIII e único cenário legítimo da procriação, previa uma igualdade entre os cônjuges, mas excluía a possibilidade de estar apoiado em um sentimento tão perigoso e imoral quanto o amor. A busca do prazer nas relações conjugais era proibida e, durante muito tempo, os maridos apaixonados ou excessivamente ardentes foram considerados "fornicadores". Essa atitude prescrita pela Igreja Católica provavelmente não era muito diferente da atitude dominante entre a população (Flandrin, 1981).

Durante o século XVIII, iniciou-se um processo que acabou transformando o amor não apenas em um sentimento esperado entre cônjuges, mas na própria razão de uma escolha realizada pelos interessados.¹⁴ O amor deixou, então, de ser um apanágio das relações extraconjugais, mas foi apenas no século XX, ao termo de uma longa evolução, que a Igreja Católica proclamou o amor entre cônjuges o fundamento do casamento, e a relação sexual uma expressão do amor

¹³ Nelli, 1984.

¹⁴ Burguière, 1986: 147-188.

conjugal. O modelo do casamento por amor, considerado absurdo durante vários séculos, havia-se tornado a norma.

Intimidade, quarto conjugal, dissimulação da sexualidade

Essa invenção do amor conjugal aconteceu dentro de um processo multissecular de criação de um domínio para a intimidade. Em seus trabalhos, Norbert Elias descreve a passagem de uma sociedade em que as emoções e as funções corporais eram visíveis e explícitas a um mundo — no qual ainda vivemos — onde os indivíduos devem dissimular e controlar, cada um por si mesmo, os seus afetos e as manifestações de seus corpos.¹⁵ Aquilo que é válido para os hábitos alimentares ou para as excreções é igual para a sexualidade. A atividade sexual nunca foi realizada em público, mas podemos afirmar que, pelo menos até o século XVI, a expressão da sexualidade era muito mais visível. A relativa franqueza com que se falava, entre adultos, sobre as funções corporais e as coisas da vida também podia ser encontrada na maneira direta com que se falava sobre isso com as crianças. A noção de espaço íntimo é historicamente recente. Nas habitações muito populosas das épocas medieval e clássica, os cômodos em que se dormia não só se prestavam a usos diversos como ainda eram locais de passagem.¹⁶ Os cômodos de repouso contavam com vários leitos, e cada leito podia abrigar várias pessoas, posto que pais, filhos e empregados não estavam sistematicamente separados.

Desse espaço pouco diferenciado passou-se, muito progressivamente, a uma organização doméstica que separava dentro das casas os cômodos de uso privado das peças de uso público. No domínio do privado, pouco a pouco, criou-se uma espécie de santuário inviolável, o quarto do casal parental, que se tornou o templo secreto da sexualidade legítima. Surpreender o ato sexual dos pais, sem dúvida uma

experiência banal para as crianças da Idade Média, passou a ser considerado uma transgressão na época contemporânea. Da mesma forma, tornou-se raro observar atos sexuais nos espaços públicos, e o exibicionismo passou a ser punido pela lei. Paralelamente, o pudor se apoderou da sexualidade e de todas as suas manifestações, sobre as quais não se podia mais falar com espontaneidade, entre próximos, nas conversas cotidianas e, em particular, entre pais e filhos. O tema passou a ser lembrado apenas através de meias palavras e, imposta a reserva, tornou-se impossível ceder às emoções, quer por atos, quer por palavras. E a educação sexual das crianças passou a ser um “problema”.

Ficou estabelecida uma clivagem entre o que era permitido em público e o que só poderia ser feito nos “bastidores” da sociedade, resultando daí a “formação progressiva de duas esferas diferentes da vida humana, uma íntima e secreta, e a outra aberta, um comportamento clandestino e um comportamento público” (Elias, 1973:317). A antiga sociabilidade da comunidade, em que a oposição público/privado não fazia sentido, as gerações não eram separadas, o domínio sexual não era isolado e o aprendizado da vida ocorria diretamente, foi substituída, na época contemporânea, por uma dualidade das esferas de vida.¹⁷ Isto em virtude do crescimento paralelo da *impessoalidade* — domínio das relações anônimas e do funcionamento burocrático — e da *intimidade*, que abriga a subjetividade e a intersubjetividade, assim como as manifestações da sexualidade.

Novas representações da reprodução e surgimento do modelo biológico de dois sexos

As primeiras tentativas para pensar um domínio autônomo da sexualidade são contemporâneas de uma reformulação biológica do sexo, o “modelo de dois sexos”,¹⁸ que prevalece até hoje.

¹⁵ Elias, 1973.

¹⁶ Anès, 1973.

¹⁷ Luhmann, 1990.

¹⁸ Laqueur, 1992.

Na representação tradicional do sexo e da reprodução, ilustrada na cultura ocidental pela medicina da Antiguidade, cujos conceitos foram correntes até meados do século XVIII, as mulheres só diferiam dos homens por serem machos menos perfeitos, tanto no físico quanto no social, situados hierarquicamente mais abaixo. Segundo o médico Galeno, seguidor de Aristóteles, as mulheres eram homens nos quais uma carência de calor vital havia resultado na retenção, no interior, de estruturas — como as partes genitais — que, no macho, eram visíveis de fora. O vocabulário não distinguia sistematicamente as partes do corpo que hoje são percebidas como diferentes: por isso, durante um longo tempo só existia uma palavra para designar testículos e ovários, não sendo a vagina sequer nomeada. Na representação aristotélica, a reprodução resulta da ação do esperma masculino, que faz “coagular” o sangue menstrual feminino, como um queijo. Para que se realizasse a geração, de acordo com Galeno, seria necessário o encontro de uma semente masculina com uma semente feminina; e o orgasmo feminino no momento do coito se reveste de enorme importância, como sinal de que a mulher havia liberado a sua semente. No modelo do sexo único, não existe uma diferença de espécie entre o corpo dos homens e o das mulheres, mas uma diferença de graus dentro de uma escala de perfeição. Até mesmo as noções psicológicas antigas colocavam o homem em lugar mais elevado por sua capacidade de amizade e moderação, enquanto as mulheres eram governadas pelos apetites da carne. Ser homem ou ser mulher era possuir um papel social, assumir um papel cultural, e não apenas ter um corpo diferente. Se não tivesse um comportamento adequado, um homem corria o risco de se afeminar.

Dentro da concepção surgida do limiar do século XIX, os corpos de machos e de fêmeas tornaram-se “opostos incomensuráveis, horizontalmente ordenados” (Laqueur, 1992:24). Nomes foram atribuídos para distinguir o que, até aquele momento, permanecera confuso. Os testículos do macho produzem espermazóides (descobertos desde o século XVII) e o ovário feminino os óvulos. No século XIX foi descoberto que a ovulação se produzia espontaneamente, sem laços com

a fecundação nem com o coito, e que a menstruação estava ligada à ovulação, ainda que esse mecanismo só viesse a ser elucidado por volta de 1930. Ficou, também, estabelecido que o encontro dos espermatozóides com o óvulo poderia se realizar sem o orgasmo feminino, perdendo este último qualquer função fisiológica. A diferença sexual, agora de espécie e não mais de grau, aparece solidamente ancorada na natureza, tanto nos caracteres visíveis dos corpos (a estrutura do esqueleto, por exemplo) quanto em seus elementos microscópicos. Então, toda uma psicologia da diferença pôs-se a acompanhar essa biologia. O pudor, a possibilidade da continência sexual, a moderação, a ausência de desejo passaram a ser considerados qualidades naturais das mulheres, vinculados à perda da antiga função do prazer feminino. Inversamente, o desejo, a agressividade e a atividade foram definidos como próprios do indivíduo masculino.

A nova biologia, que propôs a existência de duas carnes opostas e incomensuráveis é, paradoxalmente, compatível com todo tipo de afirmações normativas referentes à ordem social e política: as justificativas conservadoras pós-revolucionárias da desigualdade “natural” entre os sexos podem se apoiar na nova teoria (as mulheres deveriam limitar-se às suas funções maternas e familiares), mas, em si mesma, tal teoria não se opõe ao desenvolvimento de novos ideais “feministas” ou progressistas sobre a desigualdade entre homens e mulheres (as mulheres são diferentes dos homens, e também seus iguais; ou, ainda, é preciso dar um lugar às mulheres, que por natureza representam um papel civilizador, por serem menos apaixonadas). Mas essa nova política dos corpos não corresponde a um simples efeito do “progresso científico”. Ela se liga, por um lado, à evolução epistemológica que separa da metafísica diversas esferas do saber (como a biologia ou a economia política) e, por outro, à evolução social e histórica: a biologia que ressalta o aparecimento das diferenças radicais entre os sexos aparece no momento em que os próprios fundamentos da antiga ordem das coisas mostram-se definitivamente abalados pelo Iluminismo, as revoluções políticas e a revolução industrial.

Gênero, controle de natalidade, revolução contraceptiva

Todas as sociedades, em um determinado momento de sua história, passam de um regime inicial de forte fecundidade e forte mortalidade — em que o crescimento natural da população é nulo a longo prazo — para um novo equilíbrio, estável a curto prazo, caracterizado por uma fraca natalidade, no mesmo patamar da mortalidade, igualmente fraca. Esse movimento, que revoluciona as estruturas das populações e as vidas dos indivíduos, recebeu o nome de “transição demográfica” e foi inicialmente abordado como um processo econômico.¹⁹ Mas, a baixa da fecundidade é também a condição e o resultado de uma transformação das relações de gênero e das atitudes relativas à sexualidade. De fato, nenhuma transição demográfica se realiza sem o desenvolvimento de um controle da natalidade, implícito ou explícito, que assinala a emergência de um cálculo nas relações dos indivíduos com a reprodução e a vida, assim como nas relações entre homens e mulheres, contribuindo, dessa maneira, para retirar a sexualidade e o gênero do domínio da evidência e da natureza.

A baixa histórica da fecundidade foi mais precoce e mais progressiva nos países ocidentais, hoje desenvolvidos, onde ocorreu bem antes do aparecimento de métodos contraceptivos, no sentido atual (pílula, esterilização, preservativos). A partir do final do século XIII, a França foi o primeiro país da Europa em que os casais, dentro do casamento, passaram a limitar os nascimentos. Essa primeira forma de controle da fecundidade é geralmente atribuída à prática da retirada ou coito interrompido. Mas, em que condições homens e mulheres aprenderam a fazer isso? Uma das peculiaridades dos países do Norte e do Oeste da Europa foi ter inventado, ao final da Idade Média, as núpcias tardias, em que as mulheres não se casavam antes dos 25 anos, e os homens ainda mais tarde. Segundo o historiador Jean-Louis Flandrin, a juventude, em particular a masculina, não vivia verdadeiramente esse

celibato como uma abstinência prolongada, ainda que os nascimentos ilegítimos, bastante estigmatizados, fossem raros. Em várias regiões francesas, havia formas de visitação pré-conjugal entre noivos, aceitas pela comunidade, que implicavam carícias e práticas não-genitais. É igualmente provável que os homens celibatários tenham buscado satisfação com prostitutas, em relações ilegítimas — sem dúvida praticando nelas o coito interrompido — ou em práticas contra a natureza, como a masturbação. Em seguida, tais práticas aprendidas entre “noivos”, ou apenas pelos homens, puderam ser utilizadas dentro do casamento.

Na França, a fecundidade começou a diminuir antes da Revolução Francesa e continuou decrescente durante cerca de um século e meio, até o sobressalto, historicamente rápido, do *baby boom* (de 1941 a 1964). A lentidão do processo correspondeu a uma modificação progressiva das atitudes dos atores, ligada às transformações socioeconômicas, aos progressos da higiene e da medicina e ao desenvolvimento da instrução e da secularização da sociedade, que contribuíram para instalar, pouco a pouco, a idéia de que não era mais possível, nem necessário, criar muitos filhos.

Quase invisíveis, os primeiros métodos de controle da natalidade apelavam para a “disciplina” masculina. Falava-se em “dar um jeito”, “prestar atenção”, “se conter”. Mas o temor e as conseqüências de eventuais gestações não desejadas pesavam sempre, essencialmente, sobre as mulheres e podiam levar ao aborto, uma prática proibida na França, mas amplamente difundida e tolerada, até cerca de 1920, quando passou a ser mais estritamente reprimida. Nos anos 1930, o método dos ritmos (também chamado na França de método Ogino), baseado na abstinência durante o período fértil do ciclo, começava a se difundir. Inscrito na lógica de uma disciplina solicitada ao homem, tampouco apresenta uma eficácia absoluta, em virtude da irregularidade dos ciclos femininos.

Foi só a partir dos anos 1960 que as formas de contracepção mais confiáveis, medicalizadas e sob o controle das mulheres difundiram-se mais amplamente nos países desenvolvidos, dentro de um novo con-

¹⁹ Chesnais, 1986.

texto histórico-social de aumento da autonomia social feminina: aquilo que os demógrafos chamaram de segunda revolução contraceptiva²⁰ nada mais foi, na verdade, do que a finalização de um processo secular de autonomização da sexualidade com respeito à procriação.

Ciências da sexualidade e vontade de saber

A aspiração ao controle do comportamento reprodutor é uma das condições para a emergência, no campo do saber e da consciência dos atores, de uma esfera da sexualidade que obedeça a leis próprias. Cerca de meados do século XIX, antes mesmo do surgimento de uma primeira “ciência da sexualidade”, já proliferavam os discursos sobre a questão. A utilização de uma linguagem relativa à sexualidade cada vez mais específica, sem referência à metafísica, e cada vez mais independente do aspecto reprodutivo, traduzia uma “vontade de saber” (Foucault, 1976), manifestada através do surgimento de técnicas disciplinares de poder sobre o corpo, que são disciplinas de si mesmo, e não mais apenas disciplinas impostas de fora. Pedagogia, psiquiatria, psicologia, higiene, medicina e a primeira sexologia têm, em comum, o desejo de regular as condutas cotidianas e os comportamentos individuais a partir de enunciados que definem o normal e o anormal, abandonando o antigo discurso moral sobre a carne. As novas disciplinas são criadoras, ao mesmo tempo, de corpos de conhecimentos, corpos de especialistas e novas atitudes entre os sujeitos.

O esforço de normalização abandona os casais, objetivo tradicional da moral religiosa, e escolhe novos alvos, primeiro as crianças e depois as mulheres. Longe de anunciar uma liberação dos costumes, a primeira ciência da sexualidade instaura uma tentativa de medicalização geral dos comportamentos. A masturbação da criança e do adulto, por exemplo, é condenada de maneira repetitiva no decorrer do século,

por médicos e educadores, que nela vêem um enfraquecimento do indivíduo através da perda de sua substância. Condenação que apresenta como objetivo menos a erradicação de sua prática do que a implantação, entre os indivíduos, de uma nova atenção quanto ao próprio corpo. Médicos e psiquiatras interrogam seus pacientes quanto à frequência do hábito e as representações psíquicas que lhe são associadas, convidando-os, assim, a observar a qualidade de suas sensações.

A sexologia debutante está preocupada com qualquer coisa que possa ameaçar a sexualidade normal, tanto as doenças venéreas, o grande temor do século XIX, quanto as perversões.²¹ Quadros apresentados, com muitos detalhes, sobre as grandes perversões introduzem novos tipos definidos por suas práticas: o sádico, o masoquista, o zoófilo, o gerontófilo, e até mesmo o automonossexualista! Dirigir o olhar científico para as sexualidades periféricas amplia o campo da descrição e, paradoxalmente, reduz o espaço relativo à sexualidade normal. Disso resulta uma incorporação progressiva das perversões pequenas e grandes — entre a sexualidade oral e a zoofilia — ao campo da sexualidade, assim como uma primeira especificação das identidades sexuais: enquanto o sodomita de outrora era um pecador, eventualmente contumaz, o homossexual transformou-se em espécie, definida por uma sensibilidade sexual particular.

Armada com as mesmas ferramentas classificatórias da sexologia do século XIX (oposição entre normal e anormal), a teoria freudiana da sexualidade, tal como foi expressa em 1905, dá um passo adiante nesse movimento de incorporar as perversões à normalidade, na medida em que não é mais o instinto da reprodução, mas a busca do prazer — ou seja, uma inclinação geral às perversões — que passa a ser considerada predisposição original.²² A efetivação de uma sexualidade normal, que Freud definiu tradicionalmente como uma escolha de

²⁰ Leridon, 1987.

²¹ Krafft-Ebing, 1886.

²² Freud, 1905.

objeto heterossexual e uma prática de penetração genital, é o resultado secundário de um processo de desenvolvimento psíquico individual e de uma contenção social das pulsões originais.

As mulheres são objeto de uma atenção particular. Fronteiras diferentes do normal e do anormal foram estabelecidas para elas e para os homens. Na primeira sexologia, a atitude das mulheres com respeito ao papel materno e ao papel (dominado) de esposa era a pedra de toque de sua normalidade sexual. Na *Psychopathia sexualis* (Krafft-Ebing, 1886), o ato sexual realizado na posição inversa da que era dita normal, a mulher sobre o homem, foi interpretado como uma forma de masoquismo masculino ou de sadismo (até mesmo homossexualidade) da mulher. Inversamente, o masoquismo feminino foi considerado normal, inclusive, mais tarde, por Freud. Na medida em que a possibilidade de um prazer das mulheres ainda era objeto de debates na primeira metade do século XIX, só no século XX o orgasmo feminino se tornou uma das grandes questões da segunda sexologia, que abandonou oficialmente a questão da normalidade sexual.

3 Intimidade, sexualidade e individualização na época contemporânea

Na sexualidade contemporânea, a procriação ocupa apenas um espaço reduzido e marginal. Doravante, a sexualidade aparece como uma experiência pessoal, fundamental para a construção do sujeito, em um domínio que se desenvolveu e assumiu um peso considerável no decorrer dos séculos: a esfera da intimidade e da afetividade. O repertório sexual se ampliou, as normas e as trajetórias da vida sexual se diversificaram, os saberes e as encenações da sexualidade se multiplicaram. A expressão “revolução sexual”, muitas vezes empregada para designar o conjunto dessas mudanças, provavelmente está inadequada para dar conta da emergência de uma nova experiência pessoal de si mesmo e de novas relações interpessoais, que muito devem a outras transformações sociais.

Dissociação entre sexualidade e procriação

A “segunda revolução contraceptiva”, que aconteceu a partir do final dos anos 1960 nos países desenvolvidos, marca o fim de um processo secular. Ela se caracteriza pela difusão maciça de métodos contraceptivos médicos, que atuam sobre a fisiologia feminina (pílula, dispositivo intra-uterino ou DIU, esterilização feminina) e são controlados pela mulher. Na França, bastaram duas décadas para que esses

métodos substituíssem quase completamente os tradicionais. É verdade que a pílula e o DIU são tecnicamente mais eficazes do que os métodos “masculinos” de outrora — mesmo sem chegar a 100% —, mas, sobretudo na medida em que são controladas pelas próprias mulheres, as novas formas de contracepção dão a elas um sentimento de confiança e domínio que jamais haviam experimentado. Em algumas décadas, essas novas gerações desaprenderam o medo da gravidez não desejada que pesava sobre a sexualidade feminina das gerações anteriores e sobre todos os seus projetos de vida. Na quase totalidade dos países desenvolvidos, os índices de fecundidade caíram a menos de dois filhos por mulher.

A difusão dos métodos contraceptivos modernos provocou uma reviravolta na maneira de encarar a fecundidade. O medo de ter filhos demais deu lugar ao desejo de tê-los em menor número. De agora em diante, a fecundidade²³ é pensada como um projeto pessoal, cujo peso na organização de uma vida é muito mais leve, e a execução demanda preparo e reflexão. Escolhas são feitas: ter ou não ter filhos, o momento de tê-los, o intervalo desejado entre o primeiro e o segundo, ter ou não ter mais filhos. Essas decisões não escapam mais das mulheres (e de seus parceiros), podendo, então, ser coordenadas junto às outras escolhas realizadas em outros domínios de suas vidas, especialmente o profissional. É verdade que a gravidez não desejada ou não prevista não desapareceu totalmente nos países desenvolvidos, mas em todos os lugares em que continua a existir, principalmente sob a forma de gravidez adolescente (EUA, Reino Unido, Nova Zelândia), é considerada um problema social a ser resolvido. Além disso, a “revolução contraceptiva” não se realiza de maneira homogênea, mesmo nos países desenvolvidos. Se o Japão recusa a pílula e praticamente quase só utiliza o preservativo mas-

²³ Leridon, 1995.

culino, a França se caracteriza por uma taxa muito elevada de utilização da pílula e pouco uso do preservativo para a contracepção, enquanto a América do Norte e diversos países europeus se distinguem por um forte recurso à esterilização feminina ou masculina como contracepção preventiva.

Na percepção contemporânea da sexualidade, as relações sexuais destinadas à procriação passaram a ser pensadas como uma realidade totalmente distinta das relações não destinadas à procriação. Quer os indivíduos formem ou não um casal, qualquer atividade sexual já não é mais concebida sem proteção contraceptiva: de agora em diante, o próprio da sexualidade em geral é ser infecunda. Como a chegada dos filhos não é mais uma dádiva de Deus, mas resultado de um desejo e de um cálculo, a passagem para uma sexualidade com a finalidade de procriar é fruto de uma decisão negociada entre parceiros, que leva à suspensão temporária da contracepção. Agora, muito mais do que iniciá-la, é o fato de interromper a contracepção que exige uma decisão. Os momentos da vida em que se pratica uma sexualidade reprodutiva e aqueles em que se pratica uma sexualidade não-reprodutiva são absolutamente distintos.

A procriação com assistência médica, que começou a ser proposta no início dos anos 1980, é uma etapa suplementar da dissociação entre sexualidade e procriação. À inseminação artificial, correspondente a um *modus operandi* relativamente tradicional, acrescentou-se a fecundação *in vitro*, em que o encontro entre óvulos e espermatozóides é feito em laboratório, sob controle médico. Mesmo envolvendo um total de poucas pessoas (algumas dezenas de milhares de nascimentos no mundo), essa reprodução sem relações sexuais assume um papel simbólico importante e traduz muito bem a evolução contemporânea que aproximou a procriação da técnica, afastando-a da “natureza” e da sexualidade, com o desejo de ter filhos não mais inscrito, necessariamente, no calor do desejo sexual.

Países em desenvolvimento: uma transição demográfica acelerada no século XX

Na maior parte dos países atualmente em desenvolvimento, foi apenas no século XX e em algumas décadas que se realizou a passagem de uma fecundidade elevada a uma próxima do nível de reposição das gerações.

Em certos países, a transição demográfica esteve integrada a uma política pública. Mas, a partir dos anos 1970, fossem públicos ou privados, os programas de planejamento familiar se beneficiaram com subvenções dos países desenvolvidos do hemisfério Norte, de maneira direta ou por meio da ajuda de organismos internacionais. Em virtude desse voluntarismo político, a contracepção e o controle da natalidade foram propostos a sociedades em que as relações de gênero e o controle social da sexualidade das moças ainda se apresentavam sob uma forma bastante tradicional.

Na Índia, por exemplo, na entrada do século XXI, o analfabetismo ainda está longe de ser eliminado, mas os programas de planejamento familiar já estão ativos há várias décadas e a transição demográfica bastante avançada nos estados do Sul. Nesse país, o desenvolvimento da ultra-sonografia, técnica moderna de controle pré-natal, foi extremamente intenso. No entanto, como a preferência pelos meninos permanece ali bastante marcada, essa técnica é utilizada antes de tudo para conhecer o sexo das crianças e praticar o aborto seletivo das meninas. É espetacular a defasagem entre o tradicionalismo das relações de gênero e as possibilidades técnicas oferecidas pela modernização.

Nos países do Magreb, que experimentaram uma baixa muito rápida de sua fecundidade a partir dos anos 1980, um dos elementos favoráveis foi o considerável crescimento da instrução das mulheres. Também pode ser observado nesses países um fantástico aumento da idade para o casamento de homens e mulheres, associado ao intenso controle social para impedir o acesso dos jovens (em particular das moças) à sexualidade antes do casamento, o que permite uma rápida baixa da fecundidade, mas cria uma grande frustração entre os jovens.

No Brasil, a transição da fecundidade realizou-se em três décadas, entre 1965 e cerca de 1995, sem grande esforço público a favor do planejamento familiar. A existência de uma vida sexual pré-conjugual banalizou-se entre as mulheres jovens, sem que o uso de anticoncepcionais tivesse penetrado nos costumes com o mesmo ritmo. Na medida em que o aborto é proibido, disso resultou um aumento da proporção de nascimentos na adolescência. O uso de contraceptivos só começa após um ou vários nascimentos e a esterilização é utilizada muito precocemente, como contracepção definitiva.

Na África subsaariana, onde a entrada das mulheres em uma união e na vida reprodutiva ocorria em uma idade bem próxima à puberdade, já podemos observar hoje um adiamento, ainda bem modesto, da idade de as mulheres iniciarem uma união, o que lhes confere a possibilidade de viver uma adolescência um pouco mais longa. No entanto, mesmo que em praticamente todos os países da África a fecundidade tenha começado a baixar nos anos 1990, é neste continente, hoje fortemente atingido pela epidemia de aids, que a transição demográfica está menos avançada.

Em inúmeros países do hemisfério Sul que iniciaram ou terminaram a sua transição demográfica nas últimas décadas, a disjunção entre atividade sexual procriativa e atividade sexual não-procriativa ainda está longe de alcançar o nível dos países do hemisfério Norte. Um sinal disso é a forte resistência em aceitar que as adolescentes tenham uma sexualidade protegida por contracepção. Em geral, a contracepção só é aceita para as mulheres já mães, que tiveram comprovada a sua fertilidade.

A sexualidade do casal subjetivo contemporâneo

As mudanças conjugais contemporâneas nos países ocidentais traduzem a passagem de uma definição institucional antiga do casamento para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal. Essa evolução se produziu a longo prazo, mas experimentou uma aceleração

decisiva nas últimas décadas do século XX. O ideal e a prática do casamento por amor²⁴ impuseram-se no começo do século XX: esse tipo de casamento significa, por um lado, o fim das negociações entre famílias, substituídas pela escolha pessoal dos cônjuges,²⁵ e, por outro, que a única razão dessa escolha é o sentimento amoroso. Durante as últimas décadas, o ideal do casamento por amor se tem dissolvido, progressivamente, no ideal do *juntos por amor*.

O desejo de viver junto não diminuiu, mas ocorreu um enfraquecimento na organização institucional do casamento. Na França, por exemplo, o número de casamentos diminuiu fortemente a partir do início dos anos 1970. Ele se tornou mais tardio entre aqueles que se casam formalmente, já tendo todos vivido um período de coabitação e, com muita frequência, tido filhos. Além disso, uma parte crescente daqueles que vivem juntos já não se casa legalmente, e tem filhos sem estar casada, significando, assim, que cerca de metade das crianças nasce fora do casamento. Finalmente, os casamentos se tornaram menos estáveis, na medida em que cerca de 40% deles terminam em divórcio. Mais informais e mais frágeis, os casais que vivem juntos se caracterizam por um novo funcionamento relacional.

O que distingue o casal contemporâneo não é apenas a referência ao sentimento amoroso, mas também a importância crescente que nele possam ocupar — frente a um domínio conjugal em relativo declínio — os domínios e interesses individuais dos cônjuges,²⁶ além do inédito papel assumido pela sexualidade para constituir e, depois, manter a relação conjugal.²⁷ A relação de dependência que, outrora, ligava a sexualidade ao casamento foi completamente invertida: da instituição matrimonial que dava direito à atividade sexual, passou-se à troca se-

xual, motor interno da conjugalidade. A sexualidade, que antes era um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência do casal, formando a linguagem básica do relacionamento. Passou-se de uma definição institucional do casal a uma definição subjetiva e intersubjetiva, que coloca a relação sexual em primeiro plano.

Na França, os anos 1960 e 70 assistiram ao desaparecimento de um modelo comportamental em que a sexualidade aparecia para os parceiros como um acabamento, o toque final na elaboração do casal. As primeiras relações coincidiam com o casamento, ou o precediam por muito pouco; mas, em ambos os casos, eram posteriores à decisão de casar-se, em seguida a um longo período de contatos mútuos castos — sem relações sexuais —, considerado como indício da seriedade do relacionamento. Inversamente, podemos afirmar que, após o final dos anos 1970, a rápida passagem dos parceiros à relação sexual constitui a regra. Consideradas uma das primeiras experiências do casal em formação, de agora em diante as relações sexuais coincidem com o momento em que os dois parceiros começam a “sair juntos”. Mas não levam imediata nem necessariamente à coabitação. Antes, passam por uma fase de semicoabitação em que cada um dos parceiros conserva sua autonomia residencial, mesmo que uma parte do tempo já seja passado em comum. Essas relações sexuais iniciais, que se produzem bem no início do relacionamento, são a primeira etapa da consolidação do laço, mas, ao mesmo tempo, atrasam a formação do casal propriamente dito, cujo estabelecimento se realiza de maneira cada vez mais gradual. Assim, a sexualização precoce do relacionamento é um dos fatores que permitem ao casal contemporâneo constituir-se “passo a passo”,²⁸ uma vez ultrapassada a primeira etapa.

Outro efeito da inversão histórica do laço entre sexualidade e conjugalidade é que uma relação de casal não é mais concebível sem

²⁴ Singly, 1987.

²⁵ Bozon, 1991b:22-23.

²⁶ Singly, 1996.

²⁷ Bozon, 1991a:69-88, 1998a:175-234.

²⁸ Kaufmann, 1993.

atividade sexual entre os cônjuges. Na visão institucional mais clássica do casamento, a preocupação social era mais voltada para os casamentos não consumados ou sem filhos, que não cumpriam a sua função social. Mas não era escandaloso, nem raro, que os esposos continuassem a viver juntos sem manter relações sexuais, após terem tido filhos. Hoje, a atividade sexual conjugal é considerada a própria expressão do *impulso mútuo dos cônjuges*, um em direção ao outro. A ausência de relações sexuais entre cônjuges é, portanto, o indício de uma dificuldade ou de um problema conjugal que pode levar à separação. Quer existam filhos, quer não, a inatividade sexual põe em perigo a estabilidade da construção conjugal. O fato de os casais não terem relações sexuais é aceito, desde que isso resulte de circunstâncias excepcionais — transitórias ou indesejadas —, não quando se trata de um arranjo permanente e voluntário. Mesmo para os casais mais idosos, inclusive quando têm problemas de saúde, supõe-se que continuem mantendo relações sexuais.

Finalmente, esse papel central da sexualidade dentro das relações conjugais de hoje manifesta-se através da nítida ampliação do repertório sexual de homens e mulheres, em particular após os anos 1960, e do papel cada vez mais importante do valor de reciprocidade na atividade sexual. Na França, por exemplo, uma comparação entre a pesquisa Simon, realizada em 1970, e a pesquisa ACSF, feita em 1992, mostra a crescente importância das práticas simétricas, como as carícias, a masturbação mútua ou as práticas de sexualidade oral.²⁹ O fato de realizar cunilingua e felação no decorrer de um mesmo ato sexual tornou-se corriqueiro e expressa um desejo compartilhado ou uma vontade recíproca; essa banalização da sexualidade oral entre o casal é ainda mais notável, na medida em que durante muito tempo a felação foi considerada uma especialidade da prostituição, não tendo lugar na sexualidade conjugal. Essas práticas ocorrem especialmente durante as

preliminares, cuja duração aumentou. A sexualidade inscreveu-se plenamente dentro do movimento mais geral que, a partir dos anos 1970, passou a recomendar, no plano normativo, a comunicação e a partilha entre os cônjuges, mesmo que, na prática, as tarefas e atividades de cada um tenham permanecido bastante especializadas.³⁰

A racionalização do prazer

Na sexologia contemporânea, que surge em meados do século XX, com Kinsey e, depois, Masters e Johnson, o tema da normalidade sexual, que tanto preocupava os sexólogos do século XIX, passou para segundo plano. Foi a questão do prazer e do orgasmo (principalmente feminino) que se tornou o objeto fundamental, tendo como corolário principal o funcionamento conjugal.

Considerado um dos pais da pesquisa moderna sobre a sexualidade, Alfred Kinsey, zoólogo de formação, foi o autor que levou mais longe a tendência de identificar a sexualidade com uma economia racional da produção de orgasmos.³¹ A centralização exclusiva sobre o prazer caminha ao lado de uma ausência total de referência à reprodução e à gravidez: o orgasmo é a finalidade, a prova e a realidade profunda da sexualidade; e também a unidade de medida da atividade sexual, mesmo que não tenha o mesmo significado para as mulheres. Em sua grande pesquisa, realizada em 1940 nos EUA e publicada em 1948 — acontecimento social para uns e escândalo para outros³² —, Kinsey realizou a contagem dos orgasmos atingidos pelos indivíduos, em função das maneiras de obtenção do prazer, com a finalidade de estabelecer a proporção de indivíduos que conseguem ou conseguiram orgasmos durante poluções noturnas, contatos homossexuais, re-

³⁰ Glaude e Singly, 1987 :516-522; Brousse, 1999:135-151.

³¹ Giami, 1991:23-55.

³² Kinsey, Pomeroy e Martin, 1948.

²⁹ Bozon, Leridon e Riandey, 1993.

lações com animais ou no decorrer de relações extraconjugais. Apesar dessa aparência provocadora, é possível perceber com clareza que, para Kinsey, o centro e a finalidade da atividade sexual correspondem à obtenção de orgasmos dentro do casamento. As relações pré-maritais são apenas uma preparação para isso, e as relações extraconjugais um complemento ou substituto.

Por sua vez, o médico William Masters e a psicóloga Virginia Johnson fundaram, nos anos 1960, uma sexologia terapêutica que teria inúmeros adeptos, propondo uma norma mais restritiva para a relação sexual, sem qualquer referência à reprodução. A sua originalidade foi terem-se fundamentado, inicialmente, em uma observação em laboratório das reações fisiológicas de parceiros durante relações heterossexuais capazes de levar ao orgasmo. Sua descrição dos estágios de uma relação sexual (excitação, platô, orgasmo e resolução) tornou-se clássica e estabeleceu uma norma de bom funcionamento sexual, fundamento da união do casal: para Masters e Johnson, a união através do prazer (*pleasure bond*) é a própria base do casamento. Quando ela apresenta disfunções é absolutamente necessário restaurar a função erótica: segundo os autores, “problemas sexuais” (como frigidez e ejaculação precoce) “são problemas sexuais da célula conjugal e nunca problemas pessoais de um ou de outro cônjuge”.³³ Em sua clínica sexual de Saint Louis (Missouri), eles propuseram a várias gerações de casais de pacientes tratamentos apoiados em teorias comportamentais bastante diretivas, destinadas a restabelecer um funcionamento eficaz da célula conjugal. O ato sexual bem realizado torna-se a forma suprema de comunicação entre os cônjuges e de bem-estar para ambos. Este sábio hedonismo, que propõe um modelo único de realização sexual, estritamente inscrito no quadro de um casal heterossexual estabelecido e decidido a cooperar de acordo com as regras, foi o ponto de partida para uma abundante literatura de aconselhamento e para o desenvolvimento de um novo corpo de especialistas, os sexólogos.

³³ Masters e Johnson, 1971:15.

Sexualidades alternativas: visibilidade, expressões comunitárias e experiências privadas

Nos dias de hoje, tanto a visibilidade quanto a aceitação social crescentes das orientações sexuais alternativas fazem parte dos elementos que contribuem para redefinir o horizonte da experiência sexual para todos os indivíduos, mesmo que, paradoxalmente, tal exteriorização pareça trafegar na contramão do processo histórico de privatização e acantonamento das manifestações sexuais comuns à intimidade.

Vejamos o exemplo da homossexualidade masculina. No campo da primeira sexologia, os termos homossexualidade e sexualidade surgem quase ao mesmo tempo. Na ciência classificatória da sexualidade recém-estabelecida, a homossexualidade faz parte das perversões, mas, ao contrário de outras “espécies” do século XIX que permaneceram como extravagâncias sexuais (necrofilia, gerontofilia), essa categoria vai se implantar de maneira durável e, como forma canônica da transgressão, contribuir para reforçar as fronteiras da normalidade sexual. Mas voltar a questionar intelectualmente o diagnóstico científico e social de anormalidade psicológica em relação aos homossexuais foi um processo longo e complexo. No início do século XX, alguns sexólogos alemães — entre os quais Magnus Hirschfeld —, com o objetivo de provocar uma descriminalização do homossexualismo na Alemanha, defenderam a idéia de uma homossexualidade inscrita na fisiologia, apoiando a hipótese de um “terceiro sexo”.

Cerca de meados do século, Alfred Kinsey, em sua grande pesquisa sobre os comportamentos sexuais, propôs definir, na prática, as orientações sexuais, através de uma escala de preferências, em seis graus (escala H-H), das pessoas que só tiveram relações com o outro sexo até as que só tiveram relações com o seu próprio sexo.³⁴ Desse modo, antes teria havido uma continuidade das preferências sexuais do que

³⁴ Giami, 1999:38-45.

uma dicotomia. Essa representação ainda é utilizada nas pesquisas contemporâneas. Mas, durante a época de Kinsey, continuou-se a tentar tratar psicologicamente os homossexuais para livrá-los de suas inclinações. As revoltas *gay* de Stonewall, na cidade de Nova York em 1969, o surgimento de um movimento *gay* e a decisão da Associação Psiquiátrica Americana, em 1974, de não mais considerar a homossexualidade uma doença mental são quase contemporâneas. Essa virada dos anos 1970 foi considerada pelos homossexuais uma liberação: o desvelamento de sua orientação sexual (o *coming out*), que permite “sair do armário”, tornou-se ao mesmo tempo um rito de passagem e um ato político.

No entanto, os historiadores demonstraram que bem antes dos anos 1970 — em Berlim até 1930, na França durante o período entre guerras, na Inglaterra e em Nova York, nos EUA, antes da II Guerra Mundial — havia existido um cenário homossexual bem vivo, organizado em torno de lugares de encontro e de associações, apesar das dificuldades, na medida em que em todos esses países àquela época, exceto na França, o homossexualismo era reprimido.³⁵ Já se havia difundido uma sociabilidade e um estilo de vida homossexuais, fundamentados em uma grande capacidade de adaptação, assim como no uso de linguagens codificadas e arte para manter uma vida dupla. Em contrapartida, para os homossexuais, o período seguinte à II Guerra Mundial foi de regressão e retorno a uma certa invisibilidade.

As reivindicações políticas que clamavam, durante os anos 1970, pelo fim das discriminações foram acompanhadas, em inúmeras grandes cidades, pela formação de bairros *gay*, organizados em torno de lugares comerciais, que deram corpo à idéia de uma comunidade *gay*, caracterizada por um certo hedonismo e um modo de vida em que a

procura de novos parceiros sexuais tem um papel central. No início dos anos 1980, o sociólogo Michael Pollak apontava nos estilos de vida homossexuais uma prefiguração da evolução dos comportamentos de todos.³⁶

Os anos 1980 assistiram, ao mesmo tempo, à emergência da epidemia de aids, que atingiu fortemente os homossexuais, a uma mobilização exemplar destes últimos contra a doença e à crescente aceitação social dos homossexuais pela maioria não-homossexual. No início dos anos 1990, 3/4 dos indivíduos na França consideravam os homossexuais pessoas iguais às outras (*des gens comme les autres*), enquanto apenas 1/3 pensava dessa maneira em 1980.³⁷ O recuo da intolerância social, mais marcado e mais rápido na França do que nos EUA, no entanto bastante inferior ao ocorrido nos Países Baixos,³⁸ teve, entre outros efeitos, o de permitir uma diversificação dos modos de vida e das aspirações dos *gays*, com o surgimento de um tipo que não dissimulava, mas, tampouco, ostentava a sua homossexualidade, ou ainda de homossexuais que procuravam a felicidade privada, vivendo como casais e frequentando pouco a comunidade.³⁹ Os casais homossexuais permanecem casais à parte, que não necessariamente moram juntos e, com maior frequência do que os casais heterossexuais, apresentam-se abertos aos parceiros de fora. O fato de vários países europeus, entre os quais a França, terem aceitado reconhecer seja um casamento homossexual, seja uma união civil registrada entre pessoas do mesmo sexo corresponde a um acontecimento simbólico, que mostra todo o caminho percorrido a partir dos anos 1950.

³⁶ Pollak, 1984:56-78.

³⁷ Lhomond e Michaels, 2000 : 91-111.

³⁸ Sandfort, 1998: 68-105.

³⁹ Adam, 1999:56-72.

³⁵ Tamagne, 2000; Chauncey, 1994.

Individualização das trajetórias sexuais e declínio das normas absolutas

No entanto, a abertura contemporânea das possibilidades em matéria de sexualidade não diz respeito apenas ao novo funcionamento conjugal nem às sexualidades alternativas. Ela também se refere a dois fenômenos mais gerais: a diversificação e individualização das trajetórias conjugais e afetivas e o declínio da regulamentação sexual por meio de princípios absolutos.

As biografias conjugais e afetivas dos indivíduos se diversificaram e fragmentaram. O período em que os sujeitos permanecem sexualmente ativos aumentou, em virtude tanto de uma precocidade maior durante a juventude, quanto de um prolongamento da atividade sexual em idades mais avançadas. O aumento das rupturas conjugais não leva a uma proporção igual de crescimento da solidão conjugal ou sexual. De fato, ao cabo de um tempo mais ou menos longo, a maior parte das pessoas que se separam volta a formar um novo casal. Assim, torna-se freqüente a experiência de uma segunda, quem sabe até de uma terceira vida em comum, da mesma forma que a experiência de períodos intermediários pode corresponder a fases de relacionamentos com parceiros mais eventuais. De qualquer modo, aqueles ou aquelas que não formam um novo casal logo após uma primeira experiência já não estão mais condenados a ficar sem parceiros sexuais. Assim, as mulheres, cada vez mais numerosas, que vivem em família monoparental experimentam com freqüência aquilo que se pode chamar de relacionamentos amorosos estáveis sem partilhar a vida em comum, o que as leva a praticar uma distinção bem nítida entre sexualidade e conjugalidade. A diversificação das experiências, a sucessão de períodos conjugais e períodos sem parceiros estáveis, assim como as experiências vividas durante a juventude, antes de constituírem um primeiro relacionamento conjugal, permitem que os atores se familiarizem com cenários de relações sexuais infinitamente mais variados, do que se a sua atividade sexual se ins-

crevesse estritamente em uma relação conjugal com apenas um(a) parceiro(a) durante toda a vida.

No entanto, ainda que continuem a existir normas sociais reguladoras do exercício da sexualidade, a evolução dos costumes modificou profundamente suas funções. Cada vez menos, elas se apresentam com a força de injunções absolutas e intangíveis, fundamentadas em regras de uma religião ou comunidade. Já não servem mais para controlar nem censurar a juventude, vigiar o casamento, nem proscrever os “atos contra a natureza”. As normas sociais fixam, ordenam e interpretam o sentido dos comportamentos com respeito à situação e às experiências vividas, mas também quanto à conjuntura social ou sanitária. São transmitidas menos pela família, grupo social ou escola, do que elaboradas, no decorrer do caminho, em inumeráveis discussões entre pares, confidentes, ou até mesmo parceiros. Cada vez mais flexíveis e evolutivas, essas orientações normativas acompanham o processo de individualização dos comportamentos: os indivíduos se referem “àquilo que se faz”, àquilo que fazem seus conhecidos, às vulgarizações psicológicas, ao que vêem na televisão ou no cinema, eventualmente até mesmo às pesquisas e estatísticas sobre comportamentos sexuais.

Como vimos, o valor da reciprocidade entre parceiros assumiu uma grande importância como princípio da sexualidade conjugal, mas essa norma funciona atrelada a um valor de autonomia individual que determina uma espécie de injunção dupla. Em 1970, na França, uma grande maioria de homens e mulheres considerava desejável que, durante uma relação sexual, ambos alcançassem o orgasmo ao mesmo tempo. Vinte anos mais tarde, mesmo considerando importante que as duas partes sintam prazer, já não parece mais indispensável às novas gerações, em particular às mulheres, que o orgasmo seja simultâneo. As expectativas quanto ao prazer se individualizaram. Uma mudança paradoxal entre os anos 1970 e 90 na França é a grande evolução, entre as mulheres, das normas relativas à fidelidade e às relações extraconjugais, enquanto as opiniões dos homens mudaram pouco. Em 1970, a maioria tanto das mulheres quanto dos homens declarava que a infi-

delidade de um homem casado era uma coisa perdoável, enquanto em 1992 as mulheres, majoritariamente, já não consideram esse comportamento aceitável. A crescente autonomia das mulheres no casamento e na vida social passa a se manifestar através de uma exigência maior em relação ao cônjuge, na medida em que é mais fácil para elas interromper uma relação não satisfatória. Não se trata de um retorno a um tradicionalismo moral: a infidelidade é aqui menos avaliada como uma falta do que como um comportamento que traz conseqüências para o contrato conjugal. Finalmente, um bom exemplo dessa flexibilidade normativa é o crescimento na França do uso de preservativos pelos jovens em sua primeira relação sexual (presente em 8% das primeiras relações em 1987, e em cerca de 90% ao final dos anos 1990): ele indica o aparecimento de uma nova norma de comportamento “responsável para os dois” no início de uma relação, ligada ao surgimento da aids e às campanhas de prevenção.

Tudo leva a crer que os atores interpretam seus comportamentos sexuais cada vez mais em função de situações e contextos relacionais do que segundo princípios absolutos.

É possível falar de uma revolução sexual?

A respeito das mudanças sexuais das últimas décadas coexistem dois discursos contraditórios e cúmplices, qualificados ambos de “revolução sexual”, ainda que por motivos diferentes. Em primeiro lugar, a sexualidade contemporânea foi denunciada, na medida em que levaria ao nomadismo sexual dos indivíduos, à tirania do prazer e do desejo, à permissividade e à promiscuidade. A auto-afirmação das mulheres, que não saberiam mais ficar em seu lugar, nem tampouco respeitar os papéis naturais dos homens, provocaria a “desviralização” destes. Esse discurso conservador é particularmente freqüente nos países anglo-saxões, onde a defesa da moral sexual e dos valores tradicionais da família serve como estandarte político e religioso: o simples uso

dos termos permissividade e promiscuidade, referidos à moralidade puritana, ilustra a reprovação quanto às mudanças.

Mas, em segundo lugar, por uma ótica oposta, é também possível ler positivamente as transformações contemporâneas e nelas perceber uma revolução sexual que, finalmente, consagra o direito ao prazer, à liberação das minorias sexuais e à igualdade sexual entre mulheres e homens no quadro de um acesso generalizado à contracepção. Segundo essa interpretação um tanto “messiânica” e libertária, é o período anterior, pelo contrário, que deve ser considerado um tempo de repressão, hipocrisia e tabu. Aqueles que sustentam essa interpretação estão prontos a qualificar de revolucionária qualquer novidade como o Viagra, a troca de casais ou o sexo virtual.

Na verdade, tanto a leitura conservadora quanto a libertária dizem respeito menos a dados verificáveis do que a juízos de valor opostos, inscritos em orientações de referência que dirigem de maneira limitada o olhar sobre a sexualidade. Ora, as clivagens contemporâneas não estão situadas, obrigatoriamente, no lugar em que essas duas interpretações rivais se fazem ouvir. Por um lado, a parte essencial das transformações dos comportamentos sexuais a partir dos anos 1960 decorre de mudanças que, em princípio, não dizem respeito à sexualidade, como a massificação da educação ou o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. E, por outro, as transformações das relações sociais, na e pela sexualidade, talvez sejam menos radicais do que se tem afirmado. Elas antes constituem uma interiorização do que um relaxamento dos controles sociais.